

FORMAÇÃO DE ÍNDIOS

Bacharéis voltarão às aldeias

Fotos: Rodrigo Araújo

DOZE RECÉM-GRADUADOS PELA UA EM CIÊNCIAS SOCIAIS PROMETEM APLICAR OS NOVOS CONHECIMENTOS NA RECUPERAÇÃO CULTURAL DE SEUS POVOS

RODRIGO ARAÚJO
ENVIADO ESPECIAL

SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA, AM – “Como vocês estão vendo, minha fisionomia não nega minha origem”. Foi com essa frase que a professora Francisca Brasão Penha, 36, da etnia piratapuya, iniciou a defesa de sua monografia de conclusão do curso de Ciências Sociais da Universidade do Amazonas (UA). Com a voz trêmula e nervosa, mas com o peito cheio de orgulho por ter completado o curso de graduação, Francisca falou sobre sua experiência como professora na região do rio Içana, no Município de São Gabriel da Cachoeira (a 858 quilômetros de Manaus). Sua monografia “Educação indígena diferenciada no Içana: Escola Nossa Senhora da Assunção”, relata o trabalho da professora piratapuya numa comunidade de índios da etnia baniva.

Francisca faz parte do primeiro grupo de indígenas que conquistou o grau de bacharelado no Amazonas. Ao todo, 12 índios de várias etnias da região do Alto Rio Negro concluíram o curso, que começou em 1998 com uma turma de 43 alunos. “Mas apenas 33 conseguiram chegar à fase final. Dos dez desistentes, quatro eram índios. Foi uma pena, mas eles deixaram de completar o curso porque realmente não agüentaram a carga e o ritmo dos estudos”, comentou o coordenador do curso de Ciências Sociais em São Gabriel da Cachoeira, professor Ricardo Parente.

Assim como Francisca, todos os indígenas que defenderam suas monografias na quinta e sexta-feira passada tiveram que vencer grandes obstáculos para alcançar seus objetivos. Eles foram obrigados a deixar suas famílias e aldeias para seguir o sonho de “ser alguém na vida”. “Fui alfabetizada numa escolinha indígena próxima à minha aldeia, mas tive que mudar para São Gabriel da Cachoeira para continuar os estudos. Lembro que chorava muito logo no início, pois tinha apenas 8 anos quando fui internada no Colégio São Gabriel, que até hoje é mantido pelos salesianos”, conta.

Para o professor Walter da Silva Monteiro, 30, da etnia baré, a mudança da tribo para a sede do Município foi um impacto. Ele lembra que sofreu bastante com a mudança de costumes, já que saiu de sua aldeia direto para o Colégio São Gabriel, onde ficou morando em regime de internato. “Foi difícil porque os padres eram muito rígidos com a questão da disciplina. O mais estranho é que, de repente, tivemos que nos adequar a horários, coisa que não existe na tribo. O índio come quando sente fome, bebe quando tem sede e toma banho quando bem entender. Ou seja, na aldeia a gente não tem hora para nada”, observa.

Ultrapassadas as dificuldades, hoje Monteiro se considera um vencedor. Há 12 anos trabalhando como professor no Município de Santa Isabel do Rio Negro (a 631 quilômetros de Manaus), atualmente ele contribui com a maior parte do orçamento da família, que é formada pelos pais e dez irmãos. “Cheguei bem mais longe do que podia imaginar. Nunca pensei que poderia sair de uma aldeia, no meio da floresta amazônica, para conquistar um diploma de nível superior. Todos os colegas indígenas que atingiram essa meta são verdadeiros vencedores”, considera.

Estudantes aprendem língua nativa e resgatam costumes

Os estudantes recém-formados do curso de Ciências Sociais pretendem aplicar todo o conhecimento adquirido em suas próprias aldeias. Dos 12 trabalhos apresentados pelos índios, três abordaram a questão da educação indígena diferenciada. O objetivo deles é discutir a melhor forma de implantação do sistema nas tribos do Alto Rio Negro.

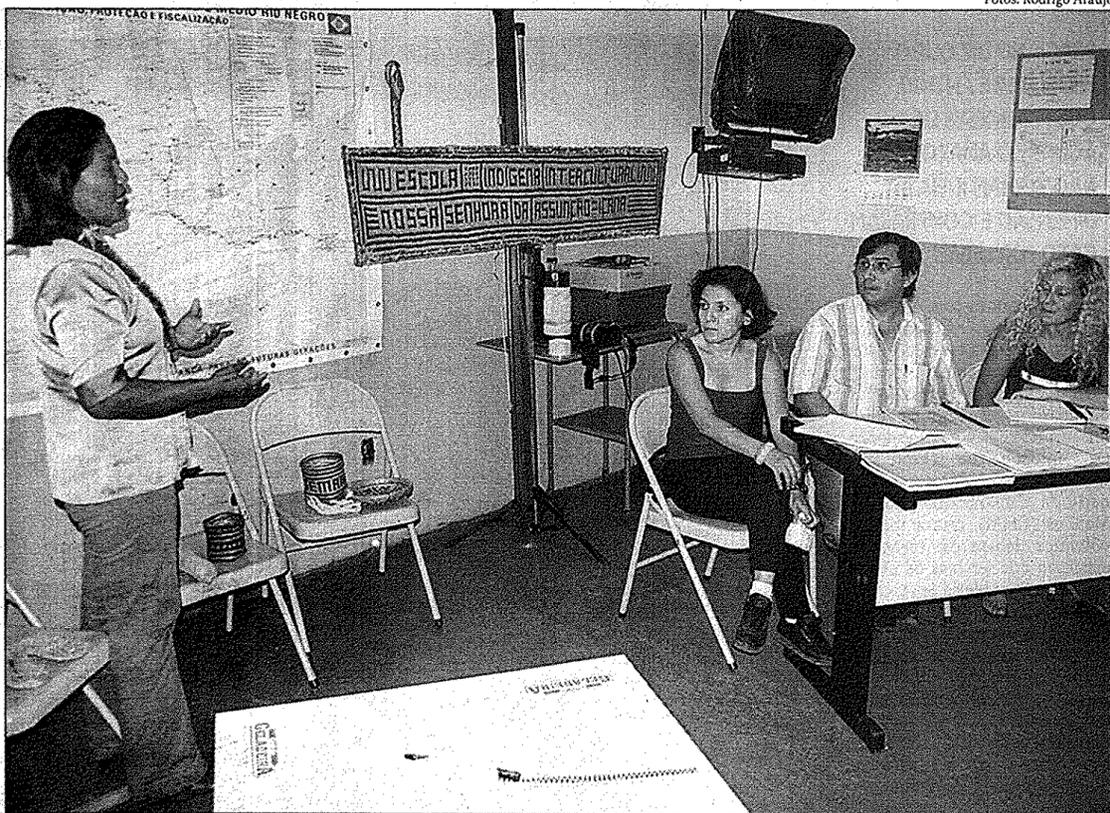
A experiência da educação indígena diferenciada vem sendo desenvolvida há cerca de dois anos na região. Muitas aldeias já contam com escolas indígenas, onde os alunos estudam sua própria língua e participam de atividades que resgatam um pouco da cultura e dos costumes de seu povo.

De acordo com a professora Francisca Penha, da Escola Nossa Senhora da Assunção, no rio Içana, além das matérias convencionais como português e matemática – que são denominadas ensino formal –, os estudantes também frequentam a chamada “parte diversificada”. “Essas atividades acontecem pela parte da tarde. É nessa programação que tentamos resgatar a cultura dos banivas”, afirmou Francisca, informando que esse trabalho diminuiu bas-

tante o ócio entre os jovens da aldeia. “É muito gratificante ver meninos e meninas que antes passavam o dia sem fazer nada, desenvolvendo atividades como artesanato e pintura, por exemplo”, ressaltou.

Francisca lembrou que, no início do trabalho, houve resistência por parte da comunidade. Segundo a professora, os índios pensavam que a educação indígena diferenciada seria um retrocesso para a tribo. “Eles se sentiam ‘civilizados’ e achavam que deixaríamos de praticar a educação formal. Com o tempo, eles entenderam que o ensino intercultural não promoveria um retrocesso, e sim um avanço na questão de resgate cultural da tribo”, comentou.

O professor Walter Monteiro, que defendeu a monografia “Afirmção identitária na luta pela escola diferenciada”, ainda encontra certas barreiras para implantar a educação diferenciada em Santa Isabel do Rio Negro. Ele disse que o índio sofre muito preconceito no Município e isso prejudica o trabalho na região. “Somos discriminados pelos próprios colegas, que acreditam que o ensino intercultural é um retrocesso”, afirmou.



EXPERIÊNCIA Francisca fez a defesa de sua monografia sobre a educação indígena diferenciada em escola da região do Içana

REALIDADE REGIONAL

Curso forma professor e pesquisador

De acordo com o professor Ricardo Parente, o curso de bacharelado em Ciências Sociais de São Gabriel da Cachoeira é o único no interior do

Estado que gradua técnicos pesquisadores, além da formação docente. Ele explicou que a obrigatoriedade da pesquisa monográfica no fim do curso faz com que os participantes tenham uma visão crítica dos problemas da região. “O curso é mais exigente que os outros, que possuem apenas licenciatura. Os alunos tornam-se pesquisadores da realidade local e

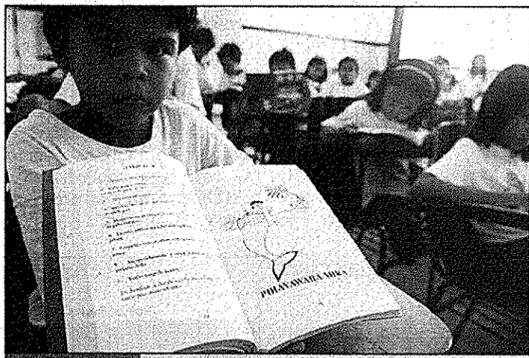
aplicarão os conhecimentos adquiridos para melhorar a qualidade de vida de suas localidades. É a grande contribuição da UA para a região”, avaliou. Parente ressaltou os problemas enfrentados pelos estudantes ao longo do curso. Dificuldades como as grandes distâncias e a falta de um suporte bibliográfico, que obrigava

os alunos a estarem em contato constante com seus orientadores em Manaus. “Apesar dos obstáculos, provamos que é possível fazer um trabalho sério na região. Agora, cabe ao poder público dar continuidade ao projeto. Acho que isso acontecerá, pois os governantes estão entendendo a importância da educação no processo de desenvolvimento regional.”

EM SÃO GABRIEL

Escolas adotam a língua geral durante as aulas

O ensino intercultural com aulas bilingües vem rendendo bons resultados nas escolas de São Gabriel da Cachoeira. Na Escola Estadual Irmã Inês Penha, há dois anos os alunos da 1ª a 4ª séries estudam o português e o nheengatu – a língua geral das nações indígenas do Alto Rio Negro – com professores indígenas. De acordo com a diretora da escola, professora Edmara Sefair, 50, as aulas em nheengatu acontecem normalmente porque cerca de 99% dos 1.203 alunos matriculados são índios. As aulas são ministradas com material didático diferenciado. Os professores usam a apostila “Noções de língua geral ou nheengatu”, publicada pela diocese de São Gabriel da Cachoeira em parceria com a Prefeitura Municipal. As apostilas são de autoria do padre Afonso Casanovas, que usou lendas da região para auxiliar no processo pedagógico. “O problema é que o material do padre Afonso é muito avançado. Ele é muito bom para quem tem noção de nheengatu, mas fica complicado para os estudantes que estão aprendendo agora”, comentou a professora Marcinda Miranda de Souza, 36, da etnia dessana. Para facilitar o aprendizado de



ENSINO Apostila em nheengatu faz a diferença

seus alunos, Marcinda elaborou uma cartilha especial para a alfabetização em nheengatu. Ela informou que o material está todo pronto e falta apenas a conclusão do processo de digitação. “Assim que o trabalho estiver digitado mandaremos para Manaus para a fase de edição. Talvez a cartilha seja publicada pela Seduc”, adiantou Marcinda. Enquanto a cartilha não fica pronta, a professora dessana utiliza o material manuscrito dentro de sala de aula. Apesar de ter que copiar todas as lições, o estudante Janelson da Silva, 7, da etnia baré,

disse que o material didático da professora é melhor para aprender. “Ela está nos ensinando cada letra do alfabeto nheengatu, enquanto o livro do padre Afonso já traz as frases todas prontas. Se a gente não entende as palavras, como é que vamos ler as frases?”, indagou. Marcinda explicou que muitos alunos têm noção do nheengatu porque os pais conversam na língua geral dentro de casa. “Eles sabem falar, mas não sabem ler nem escrever em nheengatu. Eu mesmo sei falar outras línguas, como o tucano, mas não sei ler nem escrever”, revelou.

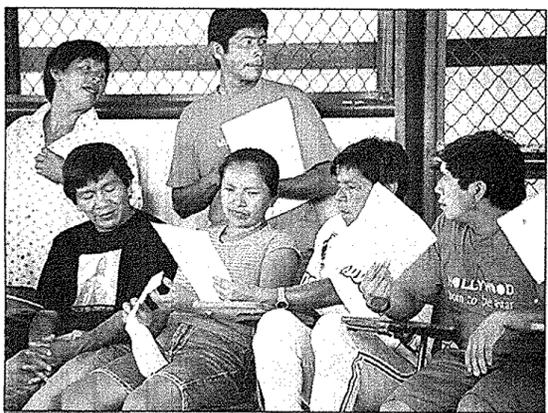
Universidade indígena é reivindicada

Com o avanço das discussões em torno da educação diferenciada ficou cada vez mais forte a idéia de criação de uma universidade indígena no Amazonas. A instalação de uma instituição de ensino superior para índios se justifica pela grande demanda reprimida no Estado. Somente no Município de São Gabriel da Cachoeira existem atualmente 186 escolas indígenas e apenas 289 professores índios, o que representa menos de dois professores por escola.

Para o diretor presidente da Fundação Estadual de Política Indigenista do Amazonas (Fepi-AM), professor Ademir Ramos, o Estado conseguiu suprir a carência de professores indígenas para o ensino de 1ª a 4ª séries com o projeto Pira-Yawara, da Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino (Seduc). “O problema é que criou-se uma deficiência nos ensinamentos fundamental e médio. Os estudantes indígenas continuam sendo obrigados a se deslocar para as sedes dos municípios para continuar os estudos porque não existem professores qualificados em número suficiente para dar continuidade ao trabalho educacional nas tribos. A Universidade Estadual Indígena seria responsável pela formação de profissionais para resolver esse problema”, afirmou.

Ramos elaborou um projeto para a criação da Universidade Estadual Indígena do Amazonas, que está sendo apresentado às autoridades da área de educação. “Já estive reunido com o reitor da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), professor Lourenço Braga, para discutir a idéia. A intenção é incorporar a Universidade Indígena à estrutura da UEA para viabilizar o projeto”, explicou.

Na avaliação de Ramos, uma universidade indígena promoveria a pesquisa e a produção do conhecimento para impulsionar o desenvolvimento das comunidades indígenas do Estado, levando em consideração os processos de aprendizagem das próprias tribos e suas diversas formas de saber.



ETNIAS Professores fizeram curso de formação

Magistério reciclado

Com uma demanda tão grande de estudantes indígenas – o Município possui 500 aldeias de 24 etnias diferentes, o que representa 10% de toda a população indígena do Brasil –, a Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira teve que criar um curso de formação para professores indígenas.

Na última sexta-feira, 190 índios de várias etnias completaram a sexta etapa do Curso de Formação de Professores para Magistério Indígena. A etapa durou dois meses, período em que os professores estudaram

disciplinas especiais como antropologia cultural, pedagogia, arte e língua indígena.

Para o professor Rafael Dias, 35, da etnia tucana, o curso serviu como uma espécie de reciclagem. Há sete anos no magistério indígena, Rafael contou que as matérias que mais gostou foram português, química e filosofia. “O conteúdo dessas disciplinas foi totalmente novo para mim. Adquiri um novo conhecimento e agora vou aplicar na escola de minha tribo, onde dou aulas para alunos da 3ª e 4ª séries”, afirmou.

O professor Eugênio Miranda, 39, também da etnia tucana, disse que o curso dá um suporte didático e auxilia no trabalho de educação indígena diferenciada que é desenvolvido em sua tribo. “Estamos resgatando os costumes de nosso povo que estavam se perdendo no tempo. Com o processo desorganizado de ‘civilização’, nossos filhos não estavam mais conhecendo a cultura de nossos pais e antepassados. A educação diferenciada é uma forma de mantermos nossa identidade cultural”, avaliou.